



Índice

- 01** Índios bloqueiam Esplanada e protestam diante de Congresso Nacional
- 02** Ana Rita negocia com Renan e índios participam de debate sobre perda de seus direitos
- 03** Direitos de índios podem ser aniquilados, diz chefe da Funai
- 04** Ativistas do greenpeace protestam a favor dos índios em Brasília
- 05** Indígenas cobram respeito a direitos conquistados
- 06** Índios sequestraram ônibus da São Miguel
- 07** Índios de várias tribos invadem propriedade rural
- 08** Índios e quilombolas de Oriximiná (PA) fazem ato para regularizar suas terras
- 09** Índios estão acampados na Esplanada dos Ministérios
- 10** Dilma diz ser contra PEC que tira da União poder de demarcar terras indígenas
- 11** Indígenas fecharão a BR-364 por três dias
- 12** Evento debate cenário indígena no País
- 13** Justiça nega indenização a antigos ocupantes de terra indígena em MT



Índios bloqueiam Esplanada e protestam diante de Congresso Nacional SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 01.10.2013

Mais cedo, os Movimentos indígenas e o Greenpeace realizam um ato na Praça do Três Poderes e conseguiram a entrada no Congresso



Cerca de mil índios fecharam a via para pedir o arquivamento de propostas que tramitam no Congresso Nacional

Índigenas, quilombolas e ambientalistas pedem audiência com os presidentes do Senado, Renan Calheiros e da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, e com a presidenta Dilma Rousseff. São mais de mil lideranças vindas de vários estados que estão em Brasília para protestar contra medidas do Congresso e do Executivo que ferem os direitos desses povos. "As reuniões foram solicitadas, mas até agora não tivemos resposta", diz Sonia Guajajara, uma das coordenadoras da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Entre as medidas criticadas está a PEC 215, em tramitação na Câmara dos Deputados. A proposta retira do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar terras indígenas. De acordo com o texto, o Congresso Nacional passa a ter competência para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações homologadas. A PEC começaria ser discutida amanhã (2) em Comissão Especial, mas o presidente da Casa adiou a instalação da comissão.

O grupo esteve acampado no canteiro central da Esplanada dos Ministérios em barracas montadas com lonas em uma semana de protestos em diversas cidades contra as violações dos direitos territoriais das populações indígenas. Os manifestantes fixaram faixas com dizeres como "Baixa a bola, ruralistas" e "PEC do arrendamento não: essa terra tem dono". Eles pedem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

que a proposta seja arquivada. "Estamos aqui para fazer uma mobilização não violenta. Queremos dialogar com o governo. Dentro do Congresso Nacional estamos sofrendo ameaças às nossas terras", diz o líder indígena Raoni Kayapó.

A coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais e Quilombolas (Conaq), Núbia de Souza, diz que os povos tradicionais têm papel importante na conservação do meio ambiente. "Somos impactados por ações de empresas e do governo. Queremos preservar a história de nossos antepassados. Para alguns é cultura brasileira, para nós [a terra] é nosso santuário", diz. "Se o Congresso abre as portas para os ruralistas, tem que abrir para os indígenas e quilombolas".

Os protestos seguem por toda a semana e indigenistas e ambientalistas organizam uma série de atividades contra as violações dos direitos territoriais das populações indígenas. Convocada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), a manifestação tem o objetivo de defender a Constituição, os direitos de povos indígenas e tradicionais, e o meio ambiente. De acordo com os organizadores, foram confirmados atos em quatro capitais: Brasília (DF), São Paulo (SP), Belém (PA) e Rio Branco (AC).

Em conjunto com a Apib, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), o Instituto Socioambiental (Isa) e o Greenpeace lançaram ontem (30), o site republicadosruralistas.com.br, para identificar os parlamentares que apoiam projetos que, de alguma forma, prejudicam as comunidades tradicionais. No site também serão relatadas as articulações que serão feitas durante a semana. Amanhã (2), o grupo tem audiência marcada com a bancada ruralista no Congresso Nacional. Ao final da semana de mobilização, no sábado (5), caso não seja feita a audiência com a presidenta, a intenção é encaminhar uma carta a Dilma Rousseff.



Ana Rita negocia com Renan e índios participam de debate sobre perda de seus direitos

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 01.10.2013

A senadora Ana Rita (PT-ES) classificou como "um ato de discriminação contra a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)" a tentativa de barrar, nesta terça-feira (1º), a entrada de 70 lideranças indígenas no Senado. A liberação do acesso foi negociada diretamente por Ana Rita com o presidente da Casa, senador Renan Calheiros. Segundo a Polícia do Senado, só poderiam entrar 30 representantes dos índios, convidados a debater eventual retirada de direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988 - para um número maior de pessoas, seria necessária autorização do presidente da Casa.

- Queria demonstrar solidariedade e pedir desculpas. Lamentavelmente, não é a primeira vez que acontece. Já tivemos dificuldades com (o acesso de) agricultores familiares, integrantes do movimento sem terra, quilombolas. A Casa tem regras, mas não se justifica impedir que determinados atores da sociedade tenham acesso a este espaço - protestou Ana Rita, presidente da CDH.

O vice-presidente da comissão, senador João Capiberibe (PSB-AP), disse nunca ter presenciado uma situação tão desagradável enquanto parlamentar.

- A situação é constrangedora para nós e para vocês (indígenas), submetidos a um tipo de absurda desconfiança. A entrada aqui deveria ser franca, aberta. Manifesto repúdio a tudo o que vocês viveram e espero que isso não mais se repita - declarou Capiberibe.

Participantes do debate sobre os direitos constitucionais assegurados aos índios também reagiram ao episódio.

- Mais uma vez, ao chegar nesta Casa, somos recebidos pela truculência da polícia. A gente não entende porque esta Casa, sendo do povo, não abre as portas para a gente participar das discussões - reclamou a coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Sônia "Guajajara" dos Santos.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cléber Cesar Busatto, também manifestou repúdio à resistência na liberação da entrada dos índios.

- Isso faz parte de um conjunto de entendimentos de cunho preconceituoso que existe em nossa Nação - afirmou.

Da Redação

(Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



Direitos de índios podem ser aniquilados, diz chefe da Funai

SÍTIO IG, 01.10.2013

Para a nova presidente proposta de transferência de demarcação para Legislativo deixa indígenas em situação mais delicada desde Constituição de 88

Grande marco para o reconhecimento dos direitos de indígenas no Brasil, a Constituição de 1988 completa 25 anos nesta semana. Para a presidente da Funai (Fundação Nacional do Índio), Maria Augusta Assirati, não há razões para celebrar.

Nas últimas semanas, congressistas da bancada ruralista aumentaram a pressão para alterar um ponto da Carta que, segundo Assirati, trata de uma questão essencial para a sobrevivência desses povos. Eles querem transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência de demarcar terras indígenas.

A ação, diz a presidente da Funai, pode retardar ou até impedir novas demarcações. "Este é, de fato, o momento mais delicado desde a promulgação da Carta", afirma Assirati, que assumiu a chefia do órgão oficial indigenista em junho.

Em entrevista à BBC Brasil, ela diz que mesmo dentro do governo a Funai enfrenta obstáculos para executar seu trabalho. Segundo Assirati, declarações públicas de órgãos oficiais criaram um ambiente "totalmente desfavorável" a novas demarcações, atrasando processos em quase todo o país.

Afirma ainda que o governo não estava preparado para a complexidade da construção da usina de Belo Monte, no Pará. Em vez de mitigar os efeitos da obra entre indígenas, diz a presidente da Funai, as ações da construtora voltadas a esses povos causaram "impactos enormes, alguns deles irreversíveis".

Leia, a seguir, os principais trechos da entrevista, concedida na sede da Funai na segunda-feira.

BBC Brasil - Na semana em que Constituição de 1988 completa 25 anos, índios protestam em vários pontos do país e dizem enfrentar as maiores ameaças a seus direitos desde a promulgação da Carta. Concorde com a avaliação?

Maria Augusta Assirati - Concorde. Em 1988, tivemos um conjunto de avanços, como a garantia territorial e a valorização de crenças e tradições, e passamos a implementar esses direitos. Houve algumas tentativas de reduzir e rediscutir esses direitos, mas essas tentativas nunca foram tão claras como agora.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

Está em curso um conjunto de proposições no Congresso para rever a própria Constituição. Este é, de fato, o momento mais delicado desde a promulgação da Carta.

BBC Brasil - Quais propostas mais preocupam?

Assirati - As que transferem parcela da atribuição no processo de demarcação ao Congresso. Além da inconstitucionalidade dessas propostas, porque ferem cláusula pétrea, da separação de Poderes, elas reverterem um direito originário. Elas poderiam retardar ou impedir o avanço das demarcações no país.

Também nos preocupam proposições para regulamentar o parágrafo da Constituição que define o que é de relevante interesse nacional e, portanto, estaria excluído da possibilidade de demarcações. Nesse contexto de busca de avanço territorial do agronegócio, isso poderia representar um impacto muito negativo.

Há ainda propostas que podem colocar em risco inclusive demarcações já realizadas, o que causaria uma completa aniquilação de direitos já conquistados pelos indígenas.

BBC Brasil - O governo está negociando essas propostas com os congressistas? No início do ano, numa aparente tentativa de acalmar os ânimos, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, disse que o governo iria alterar o processo de demarcação.

Assirati - Para nós (Funai), não há possibilidade de negociação. Muitas vezes, pessoas contrárias a demarcações entendem que há subjetividade grande e que poderia haver diálogo para que outros interesses fossem contemplados no processo.

Quando se fala de pequenos agricultores, de pessoas que usam terra para produção comunitária, como quilombolas e ribeirinhos, é evidente que o Estado deve buscar equilibrar esses direitos.

Mas esses argumentos têm sido usados em defesa de um uso da terra para a produção econômica e para o crescimento econômico pura e simplesmente. Compatibilizar demarcações com essas intenções é difícil, porque você está tratando de um direito que conflita com um interesse, e não com outro direito.

BBC Brasil - Quais serão as mudanças no processo de demarcação?

Assirati - Poderemos dar mais transparência aos critérios que levam à identificação e delimitação de uma área de ocupação tradicional pela Funai.

BBC Brasil - E quanto à inclusão de outros órgãos no processo, como a Embrapa, conforme a ministra Gleisi aventou?

Assirati - Se o órgão tiver informação que possa contribuir com a demarcação, essa contribuição é bem-vinda. Mas somos contra a possibilidade de uma intervenção tendente a inviabilizar o processo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

BBC Brasil - Quanto de terra ainda falta a demarcar no Brasil?

Assirati - Do total que havia para ser demarcado em 1988, faltam cerca de 3%. Mas desde então houve surgimento de outras comunidades, dissidentes, e avaliamos que áreas para certos grupos são insuficientes. Então são um pouco mais do que aqueles 3%.

BBC Brasil - O governo Dilma tem homologado menos terras indígenas que os anteriores, e há 21 processos de demarcação parados no Ministério da Justiça ou na Presidência sem qualquer contestação judicial. Por que o ritmo das demarcações diminuiu?

Assirati - Logo que a Constituição foi promulgada, demarcaram-se áreas muito grandes, sobretudo na Amazônia. Ficaram para as etapas presentes áreas mais antropizadas, onde há maior dificuldade de trabalhar, no Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

Mas, de fato, há processos que não tiveram andamento. Eles tramitaram, seguiram ao Ministério da Justiça, seguiram eventualmente até a Casa Civil, que é quem faz a pré-análise do processo de homologação para a presidente Dilma, mas não tiveram nenhuma conclusão.

BBC Brasil - Por quê?

Assirati - Essa pergunta que tem de ser feita aos outros órgãos (Ministério da Justiça, Casa Civil e Presidência). Muitos desses processos não caminharam por justificativa de que instaurariam conflitos na região, mas não temos elementos para afirmar que em todas essas áreas isso ocorreria.

Demarcar terra indígena nunca será ação que gere zero conflito. Mas não é somente a delimitação que faz com que o conflito ecloda, há um conjunto de situações precedentes, como problemas históricos de ordenamento fundiário.

BBC Brasil - Chegou-se a um acordo para solucionar conflitos que envolvem indígenas no Mato Grosso do Sul?

Assirati - Sim. Pensamos na seguinte solução: o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que anda com dificuldade para encontrar áreas para fazer reforma agrária, compraria terras do Estado do Mato Grosso do Sul para realizar esses assentamentos.

E os recursos da venda das terras contribuiriam para que o Estado pagasse produtores rurais de áreas que estão em litígio judicial [devido a processos demarcatórios]. Assim, os produtores sairiam da área e poderiam comprar outras terras.

Isso foi pensado para a situação da fazenda Buriti [onde em maio um índio terena morreu em ação de reintegração de posse; pouco depois, a então presidente da Funai, Marta Azevedo, deixou o posto], mas poderia ser ampliado para outras terras indígenas.

BBC Brasil - Por que essa solução ainda não foi aplicada?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

Assirati - A solução tem apresentado dificuldades porque o Estado (MS) não indicou um banco de terras e tem colocado dificuldades em relação à avaliação dos valores de terras. Isso tira a credibilidade dos envolvidos nesse processo.

BBC Brasil - No começo do ano, anunciou-se que a ministra da Casa Civil teria determinado a paralisação de demarcações no Sul. Isso de fato ocorreu?

Assirati - Nunca fomos oficialmente notificados, mas tivemos notícia de que alguns governadores teriam solicitado à Casa Civil que adotasse essa medida, e a Casa Civil determinou que se paralisassem demarcações no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

BBC Brasil - Então as demarcações continuam como sempre?

Assirati - Mais ou menos. Esse cenário colocou um ritmo diferente para as demarcações, porque essas manifestações públicas e declarações oficiais de órgãos do governo deram muita força a produtores rurais e a agentes públicos contrários à demarcação.

Em algumas situações, quando tentávamos avançar, tivemos impedimento. Não um impedimento explícito do governo federal, mas de agentes locais.

Criou-se uma conjuntura totalmente desfavorável, em que aqueles contrários às demarcações buscavam instrumentos para paralisar ou retardar processos, seja via judicial, via articulação política ou pela intimidação de servidores da Funai. Isso trouxe um novo ritmo aos processos de demarcação em quase todo o Brasil.

BBC Brasil - Como anda o cumprimento das compensações a indígenas pela construção da usina de Belo Monte?

Assirati - Houve um atraso enorme e muitas condicionantes não foram cumpridas. Mesmo antes de o empreendedor começar a trabalhar, já havia mudança completa no modo de vida das pessoas da região.

Houve um afluxo enorme de pessoas a Altamira, e algumas ações para diversas populações indígenas foram pensadas de forma emergencial. Essas ações não conseguiram preparar a intervenção do empreendedor na região.

Isso causou impactos enormes, alguns deles irreversíveis.

BBC Brasil - Que tipo de impactos?

Assirati - Comunidades rachadas, comunidades aldeadas que passaram a viver quase 100% de seu tempo na cidade, e com isso deixaram de plantar. Passaram-se dois anos na região de Altamira sem que comunidades que tradicionalmente são agricultoras plantassem um pé de mandioca, porque ficavam o tempo inteiro indo a Altamira solicitar lista de compras para o empreendedor.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

Isso mudou hábitos alimentares, deixou indígenas que ficavam na cidade confinados numa Casa do Índio em condições extremamente precárias. Houve brigas e mortes de indígenas nessa situação de confinamento e enfrentamento étnico. As consequências foram muito graves.

BBC Brasil - Os problemas estão sendo contornados?

Assirati - Estamos conseguindo entrar no eixo. Estamos priorizando um programa para que indígenas pudessem ao menos voltar a se relacionar com seu modo de vida tradicional na aldeia. Agora há um número menor de indígenas frequentes em Altamira, mas estamos atrasados.

BBC Brasil - Quem é responsável por essa situação?

Assirati - Nenhum dos atores envolvidos estava preparado para a complexidade social, étnica e de relações públicas que foi Belo Monte. Não estavam preparados para chegar a uma cidade como Altamira, onde havia carência total do Estado.

Parte da população passou a acreditar que o empreendimento seria a grande solução para todos dali.

BBC Brasil - Quais foram as falhas da Funai no processo?

Assirati - Não estávamos preparados para um empreendimento que envolveria dez etnias, mais de dez terras indígenas. Só o componente indígena do EIA-Rima (estudo de impacto ambiental) de Belo Monte tem dez volumes. Era impossível se apropriar de todos os detalhes técnicos.

Tivemos uma série de situações imprevistas, como ocupações de canteiro, e isso levava o empreendedor e órgãos do governo a atender as demandas pontuais dos índios. A Funai esteve presente em todas essas discussões. Os indígenas faziam pedidos, o empreendedor dizia que era possível, e a Funai ficava sem protagonismo e sem força para reverter essa lógica.

Em 2012, encerramos a cooperação com a Norte Energia no trabalho de questões emergenciais e passamos a pensar em políticas públicas para acabar com a lista de compras, combustível, veículos e tudo o que circulava nos balcões em Altamira. Temos um grande passivo para reverter.

BBC Brasil - A Funai teme que os problemas de Belo Monte se repitam na bacia do Tapajós? O órgão foi comunicado sobre intenção do governo de construir hidrelétricas na área?

Assirati - Essa informação chegou à Funai há algum tempo. Apontamos preocupações e continuamos tendo essas preocupações.

Há no Alto Tapajós algumas terras indígenas bastante conservadas. No Médio Tapajós, há aldeias muito próximas de centros urbanos, com problemas como atividades ilícitas nas terras

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

indígenas e apropriação de índios para trabalhos irregulares.

Achamos que, se é pra fazer empreendimento desse porte, antes precisa haver no mínimo cinco anos de investimento em ações do Estado na área.



Ativistas do greenpeace protestam a favor dos índios em Brasília

SÍTIO JORNAL FOLHA DO PROGRESSO, 01.10.2013

Um grupo de ativistas do greenpeace protesta na manhã desta terça-feira (1º) em frente ao Congresso Nacional, em Brasília. Eles hastearam uma bandeira com uma imagem de um líder indígena Mundurucu no mastro da Bandeira Nacional na Praça dos Três Poderes.

De acordo com os ativistas, o ato é pacífico e em apoio a Semana de Mobilização Nacional Indígena e em defesa dos direitos indígenas. Segundo eles, há no Congresso "uma tentativa de mudança da Constituição, o que permitiria, entre outros, a revogação das terras indígenas já legalmente demarcadas".

Os ativistas destacam que a mudança na Constituição fere não só os direitos indígenas, mas também, "é um duro golpe contra nossas florestas, uma vez que as terras indígenas são os meios mais eficazes de conter o avanço do desmatamento".

Por volta das 16h de hoje, índios, indigenistas, ambientalistas e entidades ligadas aos direitos indígenas vão protestar em frente ao Congresso. Os organizadores pretendem reunir em 1.200 índios de diversas etnias no país, o que seria o maior ato indígena na Esplanada dos Ministérios desde 2011, início do governo Dilma Rousseff.

Atos públicos ao longo da semana devem acontecer em mais três capitais: São Paulo, Belém (PA) e Rio Branco (AC). Amanhã, os organizadores pretendem reunir manifestantes a partir das 17h no vão do Masp (SP). Há ainda protestos convocados para a frente das embaixadas brasileiras em Berlim e Londres.

Indígenas cobram respeito a direitos conquistados

SÍTIO REVISTA EXAME, 01.10.2013

Após serem barrados, grupo indígena foi liberado a participar de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado, onde cobraram respeito



Brasília - A audiência pública da Comissão de Direitos Humanos do Senado com a participação de indígenas hoje (1º), com o objetivo de falar das conquistas nos 25 anos da Constituição, terminou em protestos. A presidente da comissão, senadora Ana Rita (PT-ES), iniciou a reunião depois de duas horas de atraso com um pedido de desculpas aos índios por eles terem sido barrados na entrada do Senado pela Polícia Legislativa. Só depois de muita negociação e da autorização do presidente da casa, Renan Calheiros (PMDN-AL), o grupo foi liberado sob condição de deixar na entrada arcos, flechas e instrumentos musicais.

"Quero pedir desculpas a todos vocês em nome do Senado Federal pelo constrangimento e dificuldades". Segundo Ana Rita, os senadores que apoiam a causa indígena estão dialogando com a Mesa Diretora do Senado para que situações como a de hoje não se repitam. "Sabemos que a casa tem regras, tem normas mas isso não pode impedir que determinados setores tenham acesso", ressaltou a senadora. "Nunca tinha presenciado uma situação tão constrangedora para um senador da República" disse o senador João Capiberibe (PSB-AP).

Representantes de várias etnias também reclamaram. "Mais uma vez ao chegar fomos recebidos pela polícia nessa Casa que é casa do povo. Aqui é onde tramitam todas as nossas
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 178/ 2013

Brasília, 02 de outubro de 2013.

discussões pelos nossos direitos. Se os nossos direitos tivessem sido cumpridos, não estaríamos aqui”, lembrou a representante da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil, Sônia Guajajara.

Durante a audiência pública, indígenas e representantes de quilombolas, cobraram respeito às conquistas desses povos garantidas pela Constituição Federal de 1988 e mais apoio dos parlamentares.

Eles também se posicionaram contrários a propostas em tramitação no Congresso que tratam de terras indígenas. Na lista está a PEC 215, que retira do Poder Executivo a atribuição exclusiva de homologar terras indígenas. De acordo com o texto, o Congresso passa a ter competência para aprovar a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e ratificar as demarcações homologadas. “Viemos para conversar, para dialogar. Nossa responsabilidade é não deixar retroceder em nossos direitos”, completou Sônia Guajajara.

Índios sequestraram ônibus da São Miguel

SÍTIO FOLHA DA PRAIA, 01.10.2013



Por volta das 13h50 de ontem (30), um ônibus da empresa São Miguel, que opera no transporte coletivo de Ilhéus, foi sequestrado por índios na região do Acuípe.

Os indígenas obrigaram o motorista a levar o veículo para um matagal. A polícia Federal e a Força Nacional foram acionadas para mediar a situação.

Os índios reivindicavam melhorias na região, e afirmavam que só iriam liberar o ônibus após a presença de representantes da prefeitura. Após 7h de negociações, o veículo foi liberado.

Índios de várias tribos invadem propriedade rural
SÍTIO RÁDIO TAPEJARA, 01.10.2013



Cerca de 200 índios de oito municípios da região estão na propriedade em Sananduva, no Rio Grande do Sul, desde a manhã de segunda-feira (30). Essa é a quarta vez que o local é invadido por indígenas.

“É um direito nosso e cada direito tem que ser respeitado. Se é o direito dos agricultores que estão em cima desta terra, que o governo coloque eles em outro lugar”, diz o cacique Luiz Salvador.

Os índios pedem pelo menos dois mil hectares no norte do Estado, o que representa 152

propriedades. A maioria está na região entre Sananduva e Cacique Doble.

A propriedade de 90 hectares está dentro de uma área que a Funai diz pertencer aos índios. O estudo é de 2008. O grupo ocupou sete hectares onde fica a sede da fazenda. Ninguém morava na casa. O dono já pediu a reintegração de posse.

“É o ganha-pão da gente. Aqui foi comprado com sacrifício. Então, espero que se resolva e que as autoridades olhem também”, diz o agricultor Leonir Caudato.

A portaria que declara a área como terra indígena foi assinada pelo ministro da Justiça em 2011.

Fonte:

Rádio Planalto



Índios e quilombolas de Oriximiná (PA) fazem ato para regularizar suas terras
SÍTIO JORNAL GGN, 01.10.2013

Jornal GGN - Índios e quilombolas da cidade de Oriximiná (PA) farão um ato cultural em repúdio ao desrespeito à demarcação de suas terras, às 18h de quarta-feira (2), durante o VII Encontro do Fórum Amazônia Sustentável, que ocorre na Faculdade Metropolitana da Amazônia, em Belém. De acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo e o Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena), cerca de 30 lideranças de Oriximiná vão participar da manifestação.

Os representantes indígenas afirmam que, desde abril de 2013, o relatório de identificação da terra dos Kaxuyana/Tunayana está pronto, à espera da publicação oficial feita pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Situação semelhante ocorre com os quilombolas da terra Alto Tombretas. O grupo afirma que, mesmo com a identificação do território, o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) não publica o relatório que já existe.

Com 13 comunidades ao redor, as terras quilombolas Alto Trombetas e Jamari e Último Quilombo/Moura estão sendo ameaçadas devido à expansão das atividades da Mineração Rio do Norte. A empresa, cujo principal interesse é explorar bauxita da região, tem como acionistas a Vale do Rio Doce, Companhia Brasileira de Alumínio, entre outras corporações.



Índios estão acampados na Esplanada dos Ministérios
SÍTIO REDETV, 01.10.2013

Cerca de mil índios de várias etnias estão acampados na Esplanada dos Ministérios, próximo ao Congresso Nacional. Às 16h desta terça-feira (1), eles realizam uma passeata em protesto "pela demarcação de terras e defesa dos direitos constitucionais, ameaçados pelo bloco parlamentar ruralista", segundo manifesto da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), responsável pela organização do movimento. O principal alvo da manifestação é a PEC 215, que transfere para o Congresso Nacional a decisão sobre novas demarcações de terras indígenas.

Os indígenas pretendem manter o acampamento na Esplanada até sexta-feira, 05. O movimento conta com o apoio de organizações não-indígenas como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto Socioambiental (ISA), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Greenpeace, Confederação Nacional dos Quilombolas (Conaq) e Via Campesina.

A APIB em manifesto argumenta que "os direitos constitucionais dos povos indígenas, dos quilombolas e de outras populações tradicionais, assim como os seus territórios, encontram-se sob forte ataque por parte de interesses econômicos poderosos, que defendem o seu direito à propriedade, mas não respeitam os nossos direitos coletivos à nossa terra sagrada, e ainda querem tomar para si as terras públicas e os seus recursos naturais".

Segundo a organização, há "uma ofensiva legislativa sendo promovida pela bancada ruralista contra os direitos originários dos nossos povos, os direitos de outras populações tradicionais e os direitos de todos os brasileiros ao meio ambiente saudável, por meio de dezenas de projetos de lei e emendas à Constituição - em especial a PEC 215/00, PEC 237/13, PEC 038/99, PL 1610/96 e PLP 227/12 - que afrontam, inclusive, acordos internacionais assinados pelo Brasil, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Declaração da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas".

No manifesto, a APIB afirma que "o próprio governo federal tem mantido uma conduta omissa, em relação aos direitos dos povos, e conivente com os interesses dos ruralistas e do latifúndio, nossos inimigos históricos, que durante o ano passado aprovaram um novo Código Florestal adequado aos próprios interesses e este ano pretendem aniquilar direitos indígenas ao território. Uma conduta que se materializa em medidas como a Portaria Interministerial 419/2011, a Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União, e o Decreto 7957/2013, e que se traduz, dentre outras, nas paralisações da demarcação das terras indígenas, da criação de unidades de conservação, da titulação de quilombos e da implementação da reforma agrária".



Dilma diz ser contra PEC que tira da União poder de demarcar terras indígenas

SÍTIO GAZETA DO POVO, 01.10.2013

A fala foi depois de um dia inteiro de protestos em Brasília. Os atos, convocados por índios, indigenistas, ambientalistas e entidades ligadas aos direitos indígenas tiveram como tema a "defesa da Constituição"

A presidente Dilma Rousseff afirmou hoje (1) em sua conta no Twitter que é contra a PEC (proposta de emenda constitucional) que transfere da União para o Legislativo o poder de demarcar terras indígenas.

A fala foi depois de um dia inteiro de protestos em Brasília. Os atos, convocados por índios, indigenistas, ambientalistas e entidades ligadas aos direitos indígenas tiveram como tema a "defesa da Constituição", que completa 25 anos de promulgação no próximo dia 5.

O artigo 231 diz que "são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens".

"Meu governo é contra a PEC 215, q retira da União direito de demarcar as terras indígenas. Orientei a base do governo a votar contra a PEC", disse Dilma.

Mais cedo, o comando da Câmara recuou e decidiu segurar a instalação de uma comissão criada para discutir a PEC.

Segundo o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB), os trabalhos da comissão só vão começar depois de uma "ampla negociação" entre os setores envolvidos.



Indígenas fecharão a BR-364 por três dias

SÍTIO PORTAL 364, 01.10.2013

O bloqueio começa na madrugada dessa quarta-feira, 2

Indígenas de várias etnias dizem que irão fechar a BR-364, por três dias. O bloqueio começa na madrugada dessa quarta-feira, 2, e vai até a sexta-feira, 5, e será realizado logo à frente da fazenda Nova Itália, em Vilhena, próximo ao município vizinho de Comodoro (MT).

Os indígenas vão fechar a BR364 em protesto a PEC 215, para expressarem a preocupação e indignação contra estas propostas de emendas constitucionais, que afetam diretamente os direitos Indígenas.

No período do bloqueio, terão prioridade para passagens os órgãos oficiais, como ambulância, médicos, policiais, Corpo de Bombeiros para segurança e atendimento em vários sentidos, não sendo permitida a passagem de outros veículos.

O inspetor da Polícia Rodoviária Federal de Vilhena, João Paulo Monteiro Lobato, aconselhou os motoristas a não trafegarem no sentido Cuiabá (MT), no período do bloqueio, para evitar transtornos.



Evento debate cenário indígena no País

SÍTIO OAB/MS, 01.10.2013

Advogados, estudantes e profissionais de diversas áreas participam nesta quarta-feira (2) do Colóquio Interdisciplinar sobre "Povos indígenas e demarcações de terras: a resistência, o confronto e os desafios jurídicos e antropológicos". O evento será às 9h30 no Centro Cultural Evandro Lins e Silva, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília (DF).

A presidente da Comissão Permanente de Assuntos Indígenas (COPAI) da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul (OAB/MS), Samia Roges Jordy Barbieri, destaca que o evento trará visibilidade nacional, por discutir sobre avanços, retrocessos e desafios na concretização dos direitos dos povos indígenas previstos na Constituição Federal. "São grupos empenhados pela causa indígena. A COPAI está participando institucionalmente, e não tenho dúvidas que o debate é fundamental para o esclarecimento, e que sem dúvida, o colóquio será um sucesso", comenta.

O evento é uma realização do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Movimentos Indígenas, Políticas Indigenistas e Indigenismo – LAEPI, vinculado ao Centro de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos Comparados das Américas – CEPPAC/UnB e o Grupo de Pesquisa em Direitos Étnicos (MOITARÁ), da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Será elaborado um manifesto de apoio aos povos indígenas a ser encaminhado à Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, ao Supremo Tribunal Federal e entidades profissionais e científicas.



Justiça nega indenização a antigos ocupantes de terra indígena em MT
SÍTIO NO PODER, 01.10.2013

Terra indígena Pareci tem 563,5 mil hectares na região oeste do estado. Antigos ocupantes apelaram ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou pedido de indenização feito por antigos ocupantes da Terra Indígena Pareci, localizada na região oeste do estado, que tiveram de ser desapropriados após a demarcação da área de 563,5 mil hectares entre os municípios de Campo Novo do Parecis e Tangará da Serra, cidade a 242 km de Cuiabá. A decisão unânime da 3ª Turma do TRF1 foi divulgada nesta terça-feira (1º).

Homologada em 1991, a reserva abrigou até 2006 um total de 838 índios da etnia Pareci, segundo a última contagem da unidade de Fundação Nacional do Índio (Funai) da cidade de Tangará da Serra.

Os antigos proprietários das áreas, que detiveram posse dos imóveis entre 1975 e 1981, entraram em embate judicial com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e com a União por conta das desapropriações, exigindo ressarcimento no valor atualizado do que pagaram, em cruzeiros, pelas terras depois demarcadas.

A Justiça chegou a calcular o valor em R\$ 18,7 mil, pois a quantia original era de Cr\$ 50.000,00. Não foram encontradas quaisquer benfeitorias realizadas nas áreas pelos posseiros, que apelaram contra o valor, exigindo pagamento de R\$ 4,2 milhões.

Funai e União também apelaram à Justiça, mas para que não fossem obrigadas a indenizar os antigos ocupantes. O argumento era de que somente a existência de benfeitorias feitas na área de boa fé justificaria uma indenização, pois a Constituição anula direito a indenização a pessoas que tomem posse de terras de ocupação tradicional indígena.